REQUERIMENTO Nº /2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas:

A vereadora que este subscreve requer a V.Exa., depois de ouvida a Casa, seja solicitado ao Chefe do Executivo, que informe a esta Casa Legislativa se o município de Pará de Minas vem cumprindo as diretrizes estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 14.811/2024, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) incluindo o artigo 59-A para exigir que instituições públicas e privadas que atendem crianças e adolescentes mantenham, atualizadas, as certidões de antecedentes criminais de seus colaboradores.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pará de Minas, 04 de novembro de 2025.

IRENE SUSANA DA SILVA MELO FRANCO: 02555647678

Assinado digitalmente por IRENE SUSANA DA SILVA MELO FRANCO:02555647678
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A3, OU=Presencial, OU=46836327000107, OU=AC SyngularID Multipla, CN=IRENE SUSANA DA SILVA MELO FRANCO:02555647678
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025-11-03 15:16:58
Foxit Reader Versão: 10.0.0

Vereadora Irene Susana da Silva Melo Franco

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 14.811/2024, sancionada em janeiro de 2024, instituiu medidas de proteção à criança e ao adolescente em ambientes educacionais e, no seu artigo 9º, acrescentou o artigo 59-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a exigir que instituições públicas e privadas que atuam com esse público mantenham certidões de antecedentes criminais atualizadas de seus colaboradores.

Essa medida visa fortalecer a segurança e a integridade dos espaços frequentados por crianças e adolescentes, prevenindo riscos e promovendo ambientes mais protegidos. Diante disso, é fundamental que o município de Pará de Minas esteja alinhado às exigências legais, adotando mecanismos de controle, fiscalização e orientação às instituições sob sua responsabilidade.

O presente requerimento busca esclarecer se tais medidas estão sendo efetivamente implementadas, quais órgãos estão envolvidos no processo e se há regulamentação local que garanta o cumprimento da norma federal.